

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 16ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – MANIFESTAÇÃO

3 – REQUERIMENTOS APROVADOS

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/3/2022

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 10.643, 10.650, 10.659 a 10.663 e 10.667 a 10.684/2022 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Defesa do Consumidor – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Homenagem Póstuma – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Ana Paula Siqueira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Charles Santos, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Marcelo Heitor da Silva, presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, encaminhando moção de apelo aprovada por essa casa legislativa, em que se solicita a intervenção desta Casa junto ao governo do Estado com vistas à construção do hospital do câncer no referido município. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Guilherme Abrantes, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais, encaminhando manifesto contra o aumento da carga tributária do setor de alimentos e solicitando a intervenção desta Casa junto à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal com vistas à revisão do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 110/2019, que trata da referida carga tributária. (– Às Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Cristiano Freire de Andrade Moraes, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando crédito de recursos financeiros referentes ao Contrato de Financiamento nº 0397.767/50, firmado com o Estado com recursos de FGTS, no âmbito do programa Saneamento para Todos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Eduardo Bronzato da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Designados e dos Atingidos pela Lei Complementar nº 100, – Sisdemg –, solicitando a esta Casa que se posicione contrariamente à tramitação do Projeto de Lei nº 3.399/2021, do governador do Estado, e peça ao autor do referido projeto que justifique a extinção de cargos pretendida, antes de sua tramitação. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.399/2021.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 121/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.221/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.995/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.167/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.276/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido projeto.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 10.643/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações a propósito do Sistema de Financiamento à Cultura de Minas Gerais sobre o valor deduzido do ICMS por contribuintes incentivadores da atividade cultural em Minas Gerais, por ano, desde a aprovação da Lei nº 12.733, em 30 de dezembro de 1997, até setembro de 2021, considerando a legislação que a substituiu (Leis nºs 17.615, de 2008, e 22.944, de 2018); quais empresas aportaram recursos e qual valor cada uma delas aplicou no incentivo à cultura do Estado, por ano, por meio das Leis nºs 12.733, de 1997, e 17.615, de 2008; ainda sobre a dedução de ICMS para o incentivo à cultura, considerando a Lei nº 22.944, de 2018, quais as empresas incentivadoras, os nomes dos projetos incentivados e seus empreendedores, a área de ação cultural e o município de referência, o valor aprovado e o valor do incentivo aos projetos, a cada ano, desde 2018; qual o valor aportado ao Fundo Estadual de Cultura, por ano, por cada uma das fontes de recursos estipuladas no art. 14 da Lei nº 22.944, de 2018, especificando, desde a implementação dessa lei: qual a quantia aportada pelas empresas incentivadoras no Fundo Estadual de Cultura, por ano, referente à cota de 35% do valor total de seu incentivo fiscal e referente à contrapartida obrigatória de 1% a 25%, a depender do projeto, em recursos próprios; qual a quantia aportada ao Fundo Estadual de Cultura, por ano, por contribuintes com crédito tributário inscrito em dívida ativa; qual a quantia aportada ao Fundo Estadual de Cultura, por ano, por dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais; os dados referentes ao estipulado nos arts. 61 e 62 da Lei nº 22.944, de 2018; e qual quantia foi investida pelo Estado, por ano, na Política Estadual Cultura Viva. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Celinho Sintrocel. Anexe-se ao Requerimento nº 9.233/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 10.650/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulada manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 73/2021, conhecido como Lei Paulo Gustavo, por destinar recursos para o setor cultural, muito impactado pelos efeitos da pandemia que já dura dois anos no país.

Nº 10.659/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, mediante força-tarefa conjunta, investiguem os furtos e roubos que ocorreram nas fazendas localizadas no Município de Tabuleiros, conforme informações que encaminha.

Nº 10.660/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público pedido de informações sobre os resultados e as conclusões da apuração do suposto descumprimento do Decreto nº 47.132, de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 2014, no âmbito das parcerias celebradas entre o Estado, por meio da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, e as organizações da sociedade civil Pemse, Avante Social, Injuci e Instituto Elo, responsáveis pela gestão de unidades socioeducativas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.661/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que um quantitativo maior de candidatos aprovados na prova objetiva seja convocado para as próximas etapas do concurso público para admissão ao Curso de Formação de Soldados, de 2022, de modo que, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, seja reduzido o déficit de efetivo do CBMMG.

Nº 10.662/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que todos os candidatos aprovados na prova objetiva do concurso público para provimento do cargo de escrivão (Edital 4/2021), ou, no mínimo, o correspondente a oito vezes o número de vagas anunciadas, sejam convocados para as demais fases de seleção e classificação do certame, medida coerente com o princípio da economicidade, uma vez

que a administração pública trabalharia com um número maior de candidatos passíveis de estarem aptos a nomeação e posse, bem como com o princípio da eficiência, já que a mencionada seleção pública oportunizaria a redução do déficit de efetivo da PCMG.

Nº 10.663/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a escolha da Penitenciária Uberlândia I como unidade de porta de entrada de presas mulheres e da comunidade LGBTQI+ que aguardam a realização de audiência de custódia, considerando-se que: há presídios e policiais penais em todas as cidades das quais estão sendo transferidas, como Ituiutaba, Prata, Tupaciguara, Canápolis, Araguari, etc; que a Penitenciária Uberlândia I encontra-se localizada em local de difícil acesso, a 15 km de distância da cidade, em um percurso que não conta com eletricidade ou transporte público após as 20h30min; que a referida unidade, além de não ter estrutura física adequada, não possui efetivo para atender à demanda; e que o Conselho Comunitário de Segurança Pública Municipal, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Prisional e demais entidades interessadas não foram previamente consultadas sobre a mencionada decisão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.667/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Maurizio Fedeli por sua escolha para o cargo de cônsul da Itália em Minas Gerais. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.668/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rafael Milagres Macedo Pereira por sua eleição para o cargo de presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – Minaspetro. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.669/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para a conclusão das obras no Prédio nº 6, onde está localizado o Centro de Ciências Biológicas da Saúde – CCBS –, no qual funcionam as clínicas odontológicas da instituição, tendo em vista os prejuízos decorrentes da interrupção dos projetos de extensão que estão sendo gerados para os acadêmicos e as comunidades carentes que dependem das estruturas do CCBS para receberem atendimento.

Nº 10.670/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma e os prazos: para análise dos currículos dos candidatos do processo seletivo simplificado destinado à contratação de psicólogos e assistentes sociais para atuar na rede estadual de educação, por meio do Edital SEE nº 2, de 19 de janeiro de 2022; para a divulgação das datas e horários das entrevistas e do resultado preliminar; para a interposição de recurso em face dos resultados; para a divulgação do resultado final; e para contratação dos aprovados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.671/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para seja solucionado o problema de coabitação do prédio do Campus de São Francisco da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – com a Escola Estadual Professor Raul Reginaldo, visto que a divisão do espaço atual para a operacionalização das duas instituições de ensino causa inúmeros transtornos e compromete o atendimento aos estudantes.

Nº 10.672/2022, da Comissão de Educação e outros, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, pedido de providências para que seja realizado o pagamento do adicional por extensão de jornada aos professores da rede estadual de ensino, conforme previsto no §1º do art. 23 da Resolução nº 4.672, de 7 de dezembro de 2021, da Secretaria de Estado de Educação.

Nº 10.673/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada com urgência a devida limpeza e capina na Escola Estadual Wilson Diniz Filho, localizada no Bairro Palmital, em Santa Luzia, visto que as atuais condições da escola colocam em risco a segurança e a integridade física dos alunos e profissionais da educação.

Nº 10.674/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja apresentado um cronograma de nomeações de todos os candidatos

aprovados no edital SEE 07/2017 e o planejamento para realização de novo concurso público para todos os cargos integrantes das carreiras previstas na Lei nº 15.293, de 2004, em conformidade com a decisão definitiva dos autos da ADI 5.267/MG pelo STF e o grande quantitativo de cargos vagos na educação básica.

Nº 10.675/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja implementada a Lei Federal nº 13.278, de 2 de maio de 2016, que determinou o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino façam a adequada formação dos professores em número suficiente para atender a inclusão das artes visuais, da dança, da música e do teatro como componentes curriculares obrigatórios no ensino da arte na educação básica.

Nº 10.676/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Republicana Brasileira pelos 15 anos de sua criação.

Nº 10.677/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Paulo Araújo, diretor da Escola Estadual Doutor Pompílio Guimarães, do Distrito de Piacatuba, em Leopoldina, pelo prêmio Educador Nota 10, da Fundação Victor Civita, com o projeto Escola Fechada, Escola em Movimento.

Nº 10.678/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Luiz Pinguelli Rosa, ocorrido 3/3/2022, notável pesquisador científico, doutor em Física e membro titular da Academia Brasileira de Ciências.

Nº 10.679/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras da educação básica da rede pública estadual de ensino pela deflagração da greve por tempo indeterminado, a partir de 9 de março de 2022, tendo visto o descumprimento do art. 201–A da Constituição do Estado e da Lei nº 21.710, de 2015, por parte do governo do Estado, quanto ao pagamento do piso salarial profissional nacional.

Nº 10.680/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam encaminhados recursos emergenciais para a realização de obras no terceiro piso do prédio 6, Centro de Ciências Biológicas da Saúde – CCBS –, onde funcionam as clínicas odontológicas do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros.

Nº 10.681/2022, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a convocação dos candidatos excedentes do concurso público regido pelo Edital nº 001/2015 (pós–suspensão 2018), para sanar o atual déficit de 588 cargos efetivos e de 66 cargos e funções comissionadas de recrutamento limitado da Emater, conforme estabelecido pela Lei nº 22.807, de 2017, dada a extrema relevância dessa empresa para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Estado, notadamente para os pequenos produtores.

Nº 10.682/2022, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja constituído termo de cessão de uso de um espaço situado no Centro de Tecnologias Agropecuárias – CTA –, localizado na Rua Diva Garcia, Bairro Linhares, que se encontra sob a administração direta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Associação dos Apicultores de Juiz de Fora e Região – Apijur –, para que seja constituída unidade de beneficiamento de mel e derivados.

Nº 10.683/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Pró–Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças pedido de informações substanciadas em um plano detalhado com datas e prazos de conclusão das obras, que se arrastam desde 2017, no terceiro piso do prédio 6, Centro de Ciências Biológicas da Saúde – CCBS –, onde funcionam as clínicas odontológicas do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.684/2022, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com os profissionais que atuaram no combate à pandemia de Covid-19 no Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora, por seu árduo trabalho, sua força e resiliência, empatia, compaixão e coragem.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Defesa do Consumidor.

Oradores Inscritos

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer cumprimentar V. Exa. neste encontro desta nossa reunião ordinária. Quero cumprimentar todos aqueles que estão nos acompanhando também, quero saudar todas as pessoas e particularmente, Sr. Presidente, eu quero iniciar cumprimentando a minha querida terra natal de Ouro Fino.

Nossa querida Ouro Fino hoje, Sr. Presidente, está completando 273 anos de sua emancipação. Para mim, como filho, é uma alegria muito grande. Eu tenho minha família lá, meus filhos, tenho, acima de tudo, as minhas raízes. Foi onde iniciei, inclusive, a minha atividade com meu querido pai e meu querido tio. Tive realmente, desde o primeiro momento, as minhas atividades educacionais, a participação efetiva na minha infância.

Então, eu quero, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, cumprimentando V. Exa., abraçar todos os meus queridos conterrâneos, os meus amigos, o povo de Ouro Fino. São 273 anos de história. A nossa cidade, sem dúvida alguma, faz por merecer. São pessoas, homens e mulheres que lutam, labutam pela dignidade de sua família, pela educação e pela preservação da história. Então, nas pessoas de todas as autoridades constituídas, quero cumprimentá-los desejando um dia muito feliz nessa retomada do desenvolvimento. A nossa cidade, sem dúvida alguma, sempre esteve altaneira, sempre esteve pronta nos chamamentos maiores para que possa galgar, acima de tudo, dentro da amplitude do desenvolvimento. Por essa razão, estou aqui, muito feliz, de longe, mas, com certeza, com os nossos padroeiros São Francisco de Paula e Nossa Senhora de Fátima, comemorando este dia muito feliz. Quero reafirmar o meu compromisso com a minha querida cidade. Olho para o passado e vejo o meu compromisso maior de servir e prestar, acima de tudo, a minha dignidade e o meu mandato parlamentar.

Tive a honra de ser presidente da OAB por tantos anos, e hoje tenho o privilégio de representar o meu querido povo. São seis mandatos que faço muita questão de exercer com zelo, com denodo, com muita responsabilidade. Então quero abraçar todos os ourofinenses neste dia, em que, com certeza, estamos comemorando o aniversário da nossa cidade. Ao comemorar Ouro Fino, também busco os nossos amigos em Manhumirim, que hoje também completa 98 anos de sua fundação. Fico muito feliz de cumprimentar a nossa cidade de Manhumirim, todas as autoridades constituídas, todas as pessoas e todos os nossos amigos, desejando que a cidade possa, com certeza, trabalhar pujante, trabalhar para o desenvolvimento e principalmente em busca de grandes realizações.

Também, Sr. presidente, faço muita questão de manifestar hoje a nossa satisfação com o sucesso da lei aprovada por esta Assembleia Legislativa, de minha autoria: arranjos produtivos locais, o APL. Tive o privilégio e a honra de debater aqui, no Plenário da Assembleia, essa importante lei que veio ao encontro de todo o desenvolvimento econômico do Estado. Hoje são dezenas de arranjos produtivos locais que já temos espalhados por todo o Estado. Então, sem dúvida alguma, isso nos dá muita satisfação e honra por haver essa parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o Invest Minas, o nosso Indi, levando inclusive todos os municípios, quando se tem um arranjo produtivo, a dar uma garantia maior, principalmente quando se fala em produção e empregabilidade. É através desse projeto que estamos caminhando a passos largos, e ontem, na cidade de Itajubá, através de um trabalho feito inclusive pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na pessoa do Dr. Fernando e com a participação do prefeito Christian, conseguimos também apresentar um arranjo produtivo importantíssimo no que se refere à indústria aeronáutica e de defesa, através da Helibras e de todos aqueles que fazem parte da Helibras e que buscam efetivamente condições necessárias para garantir o sistema aeronáutico, para garantir inclusive o sistema de defesa da Aeronáutica, através de todas as indústrias que trabalham nesse sentido.

Quero manifestar a nossa satisfação de um arranjo produtivo nesse retrato, que é o arranjo produtivo das asas de defesa da Aeronáutica, principalmente do nosso Sul de Minas, garantindo, assim, as colocações necessárias para toda a nossa região. Então quero cumprimentar a nossa Itajubá que, com certeza, no próximo dia 19, estará também comemorando o seu aniversário, e saudar todas as autoridades constituídas.

Sr. presidente, quero também manifestar a nossa preocupação, muito séria, com a escassez hídrica. Já tivemos um requerimento aprovado por esta Casa para que seja encaminhado à Aneel pedido de providências quanto a essa taxa abusiva. É impossível continuarmos nessa situação. Sabemos, acima de tudo, que tem nos incomodado muito, nesses últimos meses, a cobrança da bandeira da escassez hídrica com a energia elétrica. Esse requerimento já foi aprovado para fazer com que a Aneel possa fazer uma revisão dessa questão. Não é possível mais continuarmos nessa situação. Ficamos, acima de tudo, na busca para que se tenha transparência nessas informações. Tenho a certeza de que, em 2023, teremos de coibir esses abusos, essas elevadas taxas abusivas em relação as nossas residências. São pessoas e propriedades pagando altíssimas taxas dentro do setor principalmente de energia elétrica. Acima de tudo o consumidor não pode ser penalizado. As chuvas do final do ano de 2020 e do início deste ano foram além da média inicialmente. Esse era o argumento para a inclusão da taxa nessas contas. Nunca choveu tanto. Nunca tivemos tanta água em abundância. Hoje o aumento do volume dos reservatórios da água garante produção energética. Temos de discutir junto à Aneel para que possa rever essa questão. Esse fato clama, com certeza, todas essas medidas necessárias para que os nossos beneficiários, os nossos contribuintes não sejam tão penalizados. Estamos pagando essa tarifa desde setembro do ano passado. Nosso papel, como representantes da Assembleia Legislativa, estamos buscando junto à Aneel e com certeza, se for preciso também, junto até do próprio Ministério Público, fazer gestões para que, pelo menos, possa coibir esse abuso dessa taxa que vem assolando todas as famílias de todos os brasileiros.

Então, quero, mais uma vez, dizer da nossa preocupação em defesa de todos os contribuintes, de toda a população que sofre pelo valor altíssimo da energia elétrica. Precisamos coibir. Esse requerimento já foi apresentado e quero renovar também, através de nossa fala, essa nossa preocupação.

Por esta razão, Sr. Presidente, manifesto a nossa satisfação. Mais uma vez é o nosso desejo de sempre contribuir diretamente com o desenvolvimento de nossa Assembleia, do nosso Parlamento. Estaremos sempre juntos parabenizando novamente a minha querida Ouro Fino pelo aniversário de hoje. Um abraço a todos. Muito obrigado, presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, deputado Jean Freire, é um prazer falar sob a sua presidência, demais deputados e deputadas aqui presentes.

Queria manifestar, Sr. Presidente, neste momento, a respeito da situação econômica do nosso estado. Estamos assistindo aí a justa luta dos servidores públicos em busca de um reajuste. Sabemos que isso é necessário, porque houve uma inflação, aliás, o recrudescimento da inflação nesses últimos tempos, levado pelos desmandos econômicos do governo federal, que não cuidou adequadamente do preparo da Nação no sentido sanitário para a pandemia e muito menos das medidas econômicas preventivas para a repercussão dessa crise sanitária, crise da saúde na pandemia e na sua conseqüente crise criada em nossa economia.

O resultado foi o que estamos assistindo, o desemprego, a população faminta e sofre mais uma vez a explosão dos preços e tudo isso se refletindo também no nosso estado. Quero dizer aqui, portanto, que é natural que as classes trabalhadoras, sejam do setor público ou do setor privado, se mobilizem buscando as suas compensações também para se defenderem da erosão do seu poder aquisitivo e assim também ajudar o País, uma vez que se preservando o mercado interno, na mesma medida, se preserva também a robustez, a higidez do nosso setor produtivo. Essa é a questão que coloco preliminarmente. Portanto, o governo federal, na questão geral da economia e da gestão geral da economia ou o governo do Estado – eu venho insistindo nisso há muito tempo – também procurar tomar as medidas, no âmbito estadual, daquilo que poderia criar as condições mais adequadas não só para atendimento das reivindicações dos trabalhadores, mas também para as justas demandas da população de infraestrutura, de benefícios sociais etc.

Falo isso porque vejo também que nesse momento devíamos buscar, como buscamos hoje pela manhã, a bancada norte-mineira, procurar soluções no marco daquilo que seja possível dentro da legalidade existente. O governo do Estado tem propalado que vai fazer o máximo em termos de atendimento às reivindicações e aos direitos dos trabalhadores, no âmbito em que lhe permitir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Correto, isso aí é correto, porém nós temos muito que se fazer ainda dentro do âmbito possível na Lei de Responsabilidade Fiscal para fazer esse atendimento e colocar com clareza os passos seguintes que possam ser dados e, mais do isso, cuidar da superação da crise fiscal que vive o Estado.

Eu falo isso muito à vontade por que tenho sido – eu me recordo de quando cheguei nesta Casa, em 2019, apresentei, ainda no primeiro semestre, uma proposição não votada ainda hoje de criar uma comissão extraordinária para discutir o ajuste fiscal de Minas Gerais, ou seja, para não esperar o governo do Estado mandar, o Executivo mandar a coisa. De jeito nenhum! É para discutir aquilo que o Legislativo poderia propor para o equilíbrio fiscal. Não entendo por quê vivemos – e vivemos até hoje – sob uma espada de Dâmocles, ou seja, a qualquer momento Minas Gerais poderá perder a liminar que suspende a cobrança da amortização das dívidas de Minas Gerais com a União, aquilo que representaria hoje qualquer coisa como R\$700.000.000,00 por mês, R\$700.000.000,00 por mês, que sairiam dos cofres já debilitados de Minas Gerais para a União. Já me preocupei com isso, já propus várias vezes aspectos de retomada da economia, de estímulo à retomada econômica, para que nós não chegássemos nesse momento com tanta dificuldade. Já o fiz em várias ocasiões, em várias ocasiões.

E o setor mineral tem sido uma das minhas grandes preocupações nisso aí. Minas Gerais tem um robusto setor mineral, importante, que precisa ser cuidado, tanto no sentido de oferecer as compensações para o Estado do ponto de vista do retorno tributário, do retorno em benefícios de geração de emprego, mas também na segurança dos seus processamentos industriais, na segurança para as pessoas, para as populações no seu convívio com a diversidade que existe no setor mineral, sobretudo no chamado Quadrilátero Ferrífero. Eu batalhei inclusive para que em lugar de haver a cobrança de uma compensação da Vale, pela tragédia de Brumadinho, que viesse algum meio de retomar para o povo mineiro os direitos minerários dessa região. Propus isso durante várias ocasiões. Propus a busca, inclusive, de novas fontes de recursos tributários, como a da cobrança do ICMS para as comunicações modernas, como o Zoom, que estamos usando neste momento, tantas outras, Facebook, tantas comunicações que existem, que não pagam. O governo deveria cobrar sobre ICMS – o crescimento – por haver movimentação eletrônica de recursos.

Tudo isso aí é um nicho importante capaz de gerar, sem onerar o contribuinte mineiro, novos recursos, bem como a cobrança do imposto de exportação sobre os recursos minerais, sobretudo sobre esses. Várias vezes falei aqui sobre a possibilidade de cobrança imediata do imposto de exportação sobre o ouro. Falei aqui várias vezes sobre o quinto do ouro, para ficar aqui em Minas, ou seja, uma tributação de 20%, uma tributação robusta e imediata. Inclusive o minério de ferro, que hoje se encontra numa cotação internacional – preço médio, não é? – de US\$150,00 a tonelada e que permite, evidentemente, também uma contribuição que seja regulada, que seja monitorada em função das cotações internacionais sem prejudicar a geração de emprego, sem prejudicar a extração mineral e sem prejudicar o aperfeiçoamento, inclusive ambiental e social, e com cobranças mais adequadas sobre as relações de trabalho. Tudo isso pode ser absorvido por um setor mineral que seja sobretudo um setor responsável, que seja um setor fiscalizado. Eu propus isso por criação de uma comissão extraordinária.

Também propus em 2021 a criação de uma comissão de acompanhamento, para acompanhar as represas existentes em Minas Gerais, para o seu descomissionamento, a segurança. Tudo isso eu propus a seu tempo. Mas também um estímulo que atraia investimentos em curto prazo, inclusive aquilo que é adequado, que seria a utilização de licenciamentos simultâneos em lugar do trifásico, do monofásico ou os que chamam de Lacs, que seriam adequados para estimular aquilo que é seguro, que é a mineração a seco.

Tudo isso fez parte de uma sequência de propostas que apresentei a esta Casa, inclusive até no sentido de viabilizar a efetividade dos investimentos, a segurança para o investidor, mas também sendo mais dura com aqueles que não o fizessem. Sei que

nada disso prosperou. Aqui, eu não tive essa capacidade pessoal de fazer prosperar as propostas do desenvolvimento econômico seguro tanto no setor mineral quanto nos outros setores – setor de energia elétrica e tantos outros. Eu tenho sido, digamos assim, quase monotemático ao propor o desenvolvimento econômico, a retomada adequada do desenvolvimento e o combate adequado ao desequilíbrio fiscal que existe no nosso estado, para evitar também que venhamos cair novamente na obrigação de pagar R\$700.000.000,00 por mês, que são legítimos e adequadamente cobrados, como fez o governo Lula ao governo federal – o governo de Minas ao governo federal.

Volto, neste momento, a tocar neste assunto porque apresentei, no que se refere ao setor mineral, mais recentemente, uma lei que reputo da maior importância para isso: a Lei nº 3.497. É uma lei que vem exatamente nesse sentido. Eu reitero aqui a importância, porque a lei tem a continuidade de uma série de outras proposições que apresentei ao longo do tempo para o setor mineral, mas também tenho outras: no setor do gás, da energia elétrica, do aproveitamento de outros recursos que nós temos, recursos hídricos. E também, em diversos outros segmentos, como um recrudescimento, tornar mais robusto o nosso sistema tributário, podendo usufruir de recursos oriundos de nichos tributários que hoje são explorados de uma maneira incorreta, do ponto de vista até social, e que podem ser cobrados de uma maneira muito melhor.

Portanto, aproveito este ensejo para colocar com clareza minha posição de procurar o máximo atendimento, obedecidos os parâmetros da legislação em vigor e, portanto, tendo a ousadia de buscar, dentro desses limites, aquilo que puder ser feito sem ferir os prazos legais para concessão – prazos que brevemente irão estar esgotados, no final deste mês – para que a gente possa atender os servidores e abrir as portas, uma vez que esses limites foram encontrados bem abaixo daquilo que era a expectativa – eu diria, até os direitos – dos trabalhadores públicos; mas voltar com muita disposição de aprovar a proposta de desenvolvimento econômico, de investimento, de cobrança adequada, saudável de novos tributos ou fortalecer, rever, criar condições mais sãs, mais híidas para os velhos tributos, como o próprio ICMS.

Portanto fica aqui um posicionamento diante desse quadro para remuneração adequada dos servidores públicos, chamando a atenção para o fato de que teríamos de assumir, de maneira corajosa, ousada e criativa, o crescimento da economia, que é a maneira mais adequada, mais saudável – diria até mais alegre – de atender todos, porque todos pagam mais com mais felicidade, na medida em que é a economia que cresce. É o crescimento econômico que vai permitir o atendimento mais saudável, equilibrado e sustentável das demandas dos trabalhadores públicos mas também da população do Estado, seja com a mineração responsável, seja com o desenvolvimento das nossas empresas estatais, como a Cemig e a Copasa, que têm amplo espaço de colaboração com o setor privado para mim, seja com todos os outros setores, como o agronegócio, a economia familiar, a agricultura familiar e tantos outros recursos que Minas Gerais pode, adequadamente, explorar e oferecer não como problemas, mas como soluções para o nosso povo.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 10.650/2022, da Comissão de Cultura, 10.659, 10.661 e 10.662/2022, da Comissão de Segurança Pública, 10.669 e 10.671 a 10.680/2022, da Comissão de Educação, 10.681 e 10.682/2022, da Comissão de Agropecuária, e 10.684/2022, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Defesa do Consumidor – aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 15/3/2022, do Requerimento nº 10.391/2022, da Comissão do Trabalho (Ciente. Publique-se.).

Homenagem Póstuma

O presidente – Colegas deputados e deputadas, gostaria de pedir 1 minuto de silêncio pela morte de Vitor Braz de Souza, de 22 anos, conhecido como Vitor Pataxó, que foi cruelmente assassinado, na cidade de Porto Seguro, na madrugada do dia 13 para 14, de domingo para segunda-feira. Deixou um filho de 30 dias. Um absurdo, e nós não podemos nos acomodar com aquilo que nos incomoda. Ele foi até o local de uma festa para pedir para abaixar o volume do som, num território indígena, e foi cruelmente assassinado. Peço 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/2/2022

Às 14h31min, comparecem remotamente à reunião os deputados Celinho Sintrocel e Betão, membros da supracitada comissão, e a deputada Beatriz Cerqueira presencialmente (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL). Havendo número regimental, a presidente, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por tratar-se da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa, e que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.214 e 10.262/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.942/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos, nacionais e estaduais, diretos e indiretos, nos índices de desenvolvimento econômico e social, de emprego, de geração de renda, de arrecadação fiscal e outros, decorrentes do corte de 98% no orçamento federal de 2021 – os recursos caíram de 1,5 bilhão de reais para 27 milhões – para o Programa Habitacional Casa Verde Amarela, antigo Minha Casa Minha Vida, para a qual seja convidada a Comissão de Desenvolvimento Econômico;

nº 10.945/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.564/2020, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira, já apreciado e aprovado pelo Senado Federal;

nº 10.946/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado aos deputados federais por Minas Gerais pedido de providências para que apoiem e votem favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.564/2020, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico e do auxiliar de enfermagem e da parteira, já apreciado e aprovado no Senado;

nº 11.030/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a urgente regularização do fornecimento de energia elétrica para o Frigorífico Paladar, localizado na Rodovia BR-381, Km 265 A, em Jaguaraçu, empresa responsável por abastecer com seus produtos todo o Vale do Aço;

nº 11.150/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à revogação da determinação feita às escolas para que os agentes de serviços básicos da SEE reponham as horas de trabalho não trabalhadas em função da correta determinação governamental de suspensão das atividades regulares, do atendimento presencial à comunidade e do funcionamento interno das escolas durante a Onda Roxa;

nº 11.209/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja antecipado o repasse do Piso Mineiro de Assistência Social aos municípios que se encontram em situação de emergência em razão das fortes chuvas do mês de dezembro de 2021;

nº 11.214/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a suspensão imediata dos efeitos do Ofício Seplag/ARS nº 389/2021, que interrompeu, a partir do dia 6/11/2021, a liberação do trabalho regular de 21 dirigentes sindicais vinculados a organizações de servidores públicos, comprometendo o livre exercício da defesa dos direitos trabalhistas dos seus representados, dos serviços públicos e das liberdades democráticas;

nº 11.284/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que promova o reajuste dos salários dos servidores aposentados e pensionistas, considerando que muitos não têm reajustes há vários anos;

nº 11.286/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – pedido de providências para que as perícias médicas para afastamento ou aposentadoria sejam realizadas, exclusivamente, em agências de atendimento próximo ao local de residência do beneficiário, considerando que muitas pessoas não têm condições físicas ou financeiras para o deslocamento muito distante do município de seu domicílio;

nº 11.293/2022, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a terceirização da gestão de hospitais estaduais da Rede Fhemig;

nº 11.355/2022, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita ao Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora, para apurar denúncias de problemas de atendimento e de infraestrutura interna, que comprometem o pleno funcionamento do hospital e conseqüentemente o acesso ao serviço público de saúde pela população;

nº 11.411/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a apresentação de estudos de demanda preliminares para a composição do modelo econômico-financeiro e do plano de negócios relacionados ao edital de concessão do Parque Estadual de Ibitipoca;

nº 11.420/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Centro Mineiro de Referência em Resíduos – CMRR –, no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições do local para a sua reabertura e para a retomada das atividades de trabalho envolvendo catadores e catadoras;

nº 11.445/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Mônica de Almeida.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2022.

André Quintão, presidente – Leninha – Betão.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/3/2022

Às 10h12min, comparecem à reunião a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.382, 3.391, 3.392 e 3.420/2021 e os Requerimentos nºs 10.258, 10.260 e 10.264/2022 não foram apreciados por falta de quorum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2022.

Hely Tarquínio, presidente – Ulysses Gomes – Cássio Soares – Laura Serrano – Zé Reis – João Magalhães.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/3/2022

Às 9h44min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Celise Laviola, Rosângela Reis e Beatriz Cerqueira e os deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Leonídio Bouças, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Duarte Bechir, Doutor Wilson Batista, Bosco, Fábio Avelar de Oliveira, Roberto Andrade, Tito Torres, Mauro Tramonte, Fernando Pacheco, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Zé Reis e Doorgal Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o cumprimento da estrita legalidade por parte das Forças de Segurança Pública e o dever do Estado de assegurar a adequada prestação do serviço público. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria da Conceição da Silva, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima (10/3/2022); e Luciana Vianna de Salles Drumond, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (25 e 27/1/2022); do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindisemg – e do Sindicato dos Auxiliares Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindasep-MG (10/3/2022); e dos Srs. Gervino Cláudio Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Sorocaba (10/3/2022); Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda (25/11/2021); e Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (28/9/2021). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.721/2022, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a mineradora ArcelorMittal, com a Agência Nacional de Mineração – ANM –, com a Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu e com a Defesa Civil Estadual a situação da barragem da Mina de Serra Azul, em Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que nos últimos dias foi reclassificada para o nível 3 de emergência e que, de acordo com relatos de vários veículos de comunicação, corre grande risco de rompimento;

nº 11.732/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para que o Sr. José Salim Mattar Júnior, consultor nos projetos estratégicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, preste esclarecimentos sobre suas manifestações na plataforma Twitter, no dia 9/3/2022, relacionadas a protestos de servidores públicos por recomposição salarial.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Aline Risi dos Santos, presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Aespol; e Maria de Lurdes Camilli, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e os Srs. Subtenente Gonzaga, deputado federal; Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda – SEF; Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário adjunto de Estado de Fazenda; Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG; Jadson André de Sousa, diretor da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume –, representando o diretor-presidente; Edson José Pereira, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol; Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Eduardo Augusto Paolinelli Silveira, vice-presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais – Sindpecri –, representando o presidente; José Maria de Paula, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol-MG; Wemerson Silva de Oliveira, assessor da Diretoria do Sindpol-MG; Ederson Luiz Vaz, diretor de Comunicação da Associação Mineira dos Policiais Penais e Servidores Prisionais do Estado de Minas Gerais – Amasp-MG –, representando o presidente; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg; Antônio Damasio Soares, diretor da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – AOPMBM –, representando o presidente; José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; Subten. Márcio Eustáquio Vieira Lopes, diretor jurídico do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS PM/BM-MG –, representando o presidente; e Sgt. PM Michael André Santos, diretor de Assuntos Institucionais do CSCS PM/BM-MG, representando o presidente. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, a seguinte manifestação:

de apoio à Sra. Karine Roza de Oliveira Santos, vereadora do Município do Serro e dentista, pela sua luta em defesa dos direitos e das garantias individuais e coletivas das comunidades atingidas pela mineração e em defesa do Sistema Único de Saúde. (Requerimento nº 10.595/2022, da Comissão de Direitos Humanos).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 10.580/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Governador Valadares pedido de informações sobre quais medidas têm sido tomadas para assegurar a manutenção das condições sociais, da cultura e da dignidade dos povos ribeirinhos e ilheiros do município, fortemente atingidos pelos rejeitos de mineração, pela contaminação do Rio Doce e, recentemente, pelas enchentes no mês de janeiro.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.583/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para restabelecer o *hotsite* da instituição, que hospedava informações e documentos de interesse público relativos à mineração e às barragens no Estado, o qual estaria fora do ar há um mês, procedendo-se, ainda e no possível, à tradução dos documentos correlatos para o português, nos termos relatados e solicitados pela comissão durante audiência pública realizada em 23/2/2022.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.584/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para implementar as medidas pertinentes no sentido de garantir-se a participação ativa dos moradores da comunidade de São Sebastião das Águas Claras, do Município de Nova Lima, nas discussões, deliberações e acordos realizados com as mineradoras, bem como no processo de mediação e recomposição de direitos em curso.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.585/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ouro Preto pedido de providências para efetivar o reassentamento digno das famílias do Bairro Taquaral, de forma a assegurar-lhes o direito à moradia e à cidade.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.586/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de providências para garantirem a realização de testes de avaliação da qualidade do solo e da água na região da Colônia Santa Isabel, considerando-se a possibilidade de existência de rejeitos de mineração, especialmente após as enchentes que ocorreram em janeiro deste ano.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.587/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Ouro Preto pedido de providências para atuarem, no âmbito de suas atribuições e competências, para a garantia do cumprimento das obrigações e reparações relacionadas às atividades da Vale S.A., com a devida utilização dos recursos oriundos da Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – Cfem.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.589/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para diligenciar, com a urgência necessária e no âmbito de suas competências, o descomissionamento de todas as barragens a montante em Minas Gerais, em conformidade com a determinação da Lei nº 23.291, de 2019, conhecida como Mar de Lama Nunca Mais, garantindo-se a manutenção do diálogo com a população e os movimentos sociais que representam os atingidos.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.590/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para priorizar esforços visando ao efetivo cumprimento dos ditames da Lei nº 23.795, de 2021, que trata da Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab –, buscando-se garantir sua aplicação tanto para as pessoas atingidas por rompimentos de barragens quanto para populações ameaçadas por rompimento de barragens.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.592/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para que atribua celeridade à tramitação e à apreciação do Projeto de Lei nº 2.788/2019, que trata da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens – PNAB.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.594/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Beatriz Cerqueira e Betão aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para atuar, no âmbito de suas atribuições, para a imediata regularização do fornecimento de água potável nos municípios impactados pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em cumprimento às determinações judiciais já exaradas.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

REQUERIMENTO Nº 10.599/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/2/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno,

seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que proceda urgentemente à regulamentação da Lei Complementar nº 165, de 2021, publicada em 18/9/2021, que permanece até hoje sem aplicação devido à inércia do Poder Executivo, de forma a garantir o exercício pleno do direito dos servidores públicos estaduais à licença-paternidade pelo período de 20 dias, conforme diretriz determinada pelo parágrafo único do art. 1º da referida lei complementar.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 10.603/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/2/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam verificadas a legalidade e a constitucionalidade das alterações promovidas pelo Poder Executivo no Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que reestruturou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, bem como seja verificado se o referido decreto não contraria dispositivos da Lei nº 13.199, de 29/1/1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 47ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 23/11/2021, que teve por finalidade debater e buscar esclarecer as alterações promovidas pelo Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que promoveram a reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, órgão subordinado administrativamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criado pelo Decreto nº 26.961, de 28 de abril de 1987, a partir da necessidade da integração dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 10.604/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/2/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja promovido amplo debate, com a participação da sociedade civil e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com vistas à revisão e ao aprimoramento do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que reestruturou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 47ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 23/11/2021, que teve por finalidade debater e buscar esclarecer as alterações promovidas pelo Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que promoveram a reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, órgão subordinado administrativamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criado pelo Decreto nº 26.961, de 28 de abril de 1987, a partir da necessidade da integração dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 10.616/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/2/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para sejam designados peritos médicos para atendimento e realização das perícias médicas em Patos de Minas, visto que desde o início da pandemia de Covid-19 os servidores públicos precisam se deslocar para as cidades de Uberlândia, Uberaba e Belo Horizonte para realizar perícia médica na Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/3/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Linda Crisley Pires, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 4/2022

Número no Siad: 9263774/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli. Objeto: prestação de serviço de jardinagem nas áreas verdes da contratante, seu entorno e anexos, com cessão de mão de obra e fornecimento de ferramentas e todos os equipamentos necessários. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 2/3/2022 a 1º/3/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 8/2022

Número no Siad: 9223974-4/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda.- EPP. Objeto: prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo volumes extras de bagagens, quando for o caso, de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo reserva, emissão, remarcação, marcação de lugares, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos; serviço de hospedagem em hotel no território nacional e no exterior; contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista, e com combustível e seguro total; traslados e recepção em aeroportos; e despachantes para solicitação de vistos. Objeto do aditamento: terceira prorrogação contratual, com manutenção do preço. Vigência: de 19/3/2022 a 18/3/2023, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 22/2022

Número no Siad: 9223981/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Circuito Integrado Comunicação Ltda. - EPP. Objeto: prestação de serviços de monitoramento diário de notícias – *clipping* – veiculadas na mídia (TV, rádio, jornal, revista e sites de notícias) sobre a ALMG, os deputados estaduais de Minas Gerais, os órgãos da Assembleia e sobre temas de interesse do

Legislativo mineiro. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: de 9/3/2022 a 8/3/2023, inclusive.
Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).